



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 570806 - MS (2020/0080252-3)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
ANTONIO JOAO DE ANDRADE - MS004835B
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : VALERIO SOUZA DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : ROZALINA FERREIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de VALÉRIO SOUZA DA SILVA, contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no julgamento da Apelação n. 0001260-75.2014.8.12.0014.

O paciente foi condenado a 29 (vinte e nove) anos, 8 (oito) meses e 26 (vinte e seis) dias de reclusão pela prática de dois homicídios qualificados (um tentado e um consumado). O Tribunal *a quo* reduziu a pena do paciente, fixando-a em 22 (vinte e dois) anos e 9 (nove) meses de reclusão. Esta é a ementa do acórdão (e-STJ, fls. 935/936):

EMENTA – APELAÇÃO CRIMINAL – INTEMPESTIVIDADE DOS RECURSOS – RECHAÇADA – RECURSOS DA DEFESA – CRIMES DE HOMICÍDIO E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADOS – PEDIDO DE ANULAÇÃO DO JULGAMENTO – TESE DE DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS – NÃO ACOLHIMENTO – PLEITO DE REDUÇÃO DAS PENAS-BASES – PARCIALMENTE ACOLHIDO – PERSONALIDADE E CULPABILIDADE MAL VALORADAS – AFASTAMENTO – REDIMENSIONAMENTO DAS PENAS – RECURSOS PARCIALMENTE PROVIDOS.

I – Tendo os recursos sido interpostos logo após a prolação de sentença no Plenário do Tribunal do Júri, não há que se falar em intempestividade. É entendimento dos tribunais superiores que a apresentação das razões da apelação fora do prazo constitui mera irregularidade e que, portanto, não obsta o conhecimento do apelo.

II – Os vereditos proferidos pelo Tribunal do Júri gozam de expressa soberania garantida pela Constituição Federal (art. 5º, XXXVIII, c), de tal modo que somente são passíveis de anulação quando manifestamente

contrários à prova dos autos. Não se mostra arbitrária a decisão dos Jurados quando entende que a apelante, em coautoria, efetuou disparos de arma de fogo contra as vítimas, mesmo não tendo executado tal conduta, mas porque o crime ocorreu tão somente por sentimento de ciúmes da ré com uma das vítimas, motivação que também estava entre as versões consubstanciadas no conjunto probatório, não havendo como prosperar o pedido de anulação do julgamento. Da mesma forma, ao entender que não houve erro na execução, o Conselho de Sentença não decidiu de forma dissociada, ao contrário, apenas escolheu uma entre as versões consubstanciadas no conjunto probatório, no sentido de que o réu, mediante mais de uma ação, investiu contra a vida das vítimas, não tendo havido crime único.

III – Constando nos autos certidão de antecedentes, cujas informações, ligadas a folha de antecedente de instituto de identificação, demonstram haver duas condenações com trânsito em julgado em desfavor da apelante, mantém-se a valoração negativa dos antecedentes.

IV – Ações penais em andamento e inquéritos policiais não podem ser levados à consideração de maus antecedentes, conduta social reprovável ou personalidade desajustada, em obediência ao princípio da presunção de não culpabilidade, conforme interpretação da Súmula 444 do c. STJ.

V – A fundamentação lançada na sentença em relação as circunstâncias do crime revelam-se plenamente idônea e evidencia o caráter desabonador da circunstância judicial.

VI – À luz da jurisprudência e da doutrina amplamente aceitas, aplicado o patamar imaginário de 1/8, indicado para cada circunstância judicial e obtido a partir do intervalo de pena em abstrato do delito em tela (de 12 a 30 anos de reclusão), o recomendável em face da existência de apenas uma moduladora desfavorável seria a elevação em 2 anos e 3 meses de reclusão, ou seja, exatamente a quantidade estabelecida pela sentença.

VII – Nada obstante a ausência de definição legal acerca do quantum de majoração pelas agravantes, a jurisprudência tem admitido o emprego da fração de 1/6, reputando-a, ressalvadas situações específicas e devidamente fundamentadas, como sendo necessária e suficiente para a reprovação e ressocialização do indivíduo, de modo que, mantém-se o patamar aplicado na sentença, pois inferior a 1/6.

VIII – Recursos parcialmente providos, em parte com o parecer

Nesta impetração, a defesa assevera que as instâncias antecedentes não reconheceram o erro na execução, responsabilizando-o penalmente tanto pelo homicídio consumado de vítima diversa quanto pela tentativa de homicídio da pretensa vítima.

Subsidiariamente, assevera que não foi reconhecido o concurso formal entre os crimes, devendo a sanção ser redimensionada.

Liminarmente e no mérito, busca o anulamento do julgamento, para que outro seja proferido, reconhecendo-se o erro na execução ou, subsidiariamente, o redimensionamento da sanção imposta, reconhecendo-se o concurso formal entre os dois delitos imputados.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal,

tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

No caso, o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito da impetração, que será analisado oportunamente pelo órgão Colegiado, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro manifesta ilegalidade a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Assim, imperioso um exame mais detalhado dos elementos de convicção carreados aos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo deste recurso ordinário em *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator